

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17146 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 06 - Formação de Professores

EFEITOS DA BNCC NA FORMA(TA)ÇÃO DOCENTE: O PROCESSO DE DESINTELECTUALIZAÇÃO DAS DOCÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS

Ivana Almeida Serpa - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL

Lucas Nascimento Braga Silva - UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**EFEITOS DA BNCC NA FORMA(TA)ÇÃO DOCENTE: O PROCESSO DE  
DESINTELECTUALIZAÇÃO DAS DOCÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS**

**RESUMO:** O presente estudo objetiva analisar discursivamente as enunciações da atual política curricular brasileira e das normativas que regulamentam a formação docente na contemporaneidade, os quais se pautam em uma pedagogia de competências no seio da governamentalidade neoliberal no Brasil. Buscou-se olhar pelas lentes foucaultianas como essa abordagem resulta na desintelectualização dos professores, promovendo um alinhamento ao discurso empresarial. Integram o *corpus* empírico a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as correlatas Bases de Formação Inicial e Continuada. Concluímos as análises indicando apenas alguns dos diversos efeitos que as políticas curriculares têm fabricado no que tange à constituição das docências contemporâneas. Sobretudo, a produção discursiva analisada denota o entendimento de que a escola e a formação de professores vêm se (re)configurando aos moldes da empresa. O alinhamento entre os documentos evidencia um processo de desintelectualização da ação docente e a precarização de seu trabalho.

**PALAVRAS-CHAVE:** BNCC. Competências. Neoliberalismo. Formação docente.

O presente texto analisa a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Brasil, destacando que, ao longo de suas três versões, a noção de competências foi reforçada, influenciada por instituições privadas e filantrópicas. Buscou-se olhar pelas lentes foucaultianas como essa abordagem resulta na desintelectualização dos professores, promovendo um alinhamento ao discurso empresarial. O processo metodológico desta pesquisa vai ao encontro das pesquisas pós-críticas em educação, onde se problematiza o sujeito, a linguagem, verdade e poder, (Meyer; Paraíso, 2012, de inspiração foucaultiana a partir da análise discursiva da BNCC. Neste texto, analisamos algumas enunciações da BNCC e das normativas de formação docente, com o intento de evidenciar as discursividades que produzem a desintelectualização dos professores, cujos efeitos reverberam no deslocamento de uma formação docente (pós)crítica para a emergência de um ‘alinhamento’ docente ao discurso empresarial que permeia a política curricular. Com isso, Laval (2019) concebe tal contexto como uma pedagogia das competências que vem se alastrando no campo educacional. Na obra “*A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*”, o pesquisador francês discute os efeitos do neoliberalismo na educação, em especial, na escola pública (Laval, 2019). Acerca da pedagogia das competências, Laval (2019) aponta alguns movimentos importantes na educação contemporânea: a ênfase nos conhecimentos recai para o desenvolvimento de competências; o foco no ensino desloca-se à (auto)aprendizagem; a

centralidade do professor cede lugar ao protagonismo do aluno (Laval, 2019). Ao realizar uma busca na BNCC, é possível perceber a recorrência de enunciações que se vinculam às configurações de estudante, professor e aprendizagem apontadas por Laval (2019). Ainda na introdução do documento, foi possível mapear excertos que defendem o “[...] protagonismo do estudante em sua aprendizagem e na construção de seu projeto de vida” (Brasil, 2017, p. 15) e a promoção de “[...] processos permanentes de formação docente que possibilitem contínuo aperfeiçoamento dos processos de ensino e aprendizagem” (Brasil, 2017, p. 17). Como as competências precisam ser incessantemente atualizadas neste tempo impermanente, docentes e discentes são posicionados como aprendentes ao longo da vida. Ao dizer que os estudantes devem ser protagonistas em seu processo de aprendizagem, a BNCC governa sujeitos no sentido de tornarem-se responsáveis por seus sucessos e fracassos em sua formação escolar e para além dela. Ao serem interpelados a atuar como gestores de experiências educativas ou tutores dos estudantes, os professores “vão precisar acionar novas competências” (Dal’Igna; Scherer; Silva, 2018, p. 54). Neste sentido, as autoras discutem como a aprendizagem é enfatizada nas práticas pedagógicas que valorizam o desempenho individual, a competição e a superação pessoal. Dentro dessa abordagem, as competências são priorizadas, alinhando os estudantes ao estilo de vida neoliberal, onde a aplicação prática dos saberes é central. Forjadas pela lógica empresarial, as competências correspondem às demandas utilitaristas do mercado e são investidas na formação de capital humano, visando ao aumento da produtividade e dos fluxos de renda dos sujeitos empresários de si. Esse sujeito, o *homo aeconomicus*, representa “[...] ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda” (Foucault, 2010, p. 311). Seguindo o pensamento do filósofo, pode-se perceber o entrelaçamento entre educação, capital humano e o desenvolvimento da competência-máquina dos sujeitos (Foucault, 2010). A formação de professores ocupa lugar de destaque no processo de implementação da BNCC no cenário nacional, sendo postas em jogo diferentes estratégias que atravessam outras políticas e ações educacionais, forjando uma rede curricular mais eficiente e eficaz perante os objetivos do mundo empresarial. A BNCC estabelece o “[...] alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada [...]” (Brasil, 2017, p. 8). Esta política atribui à União a “[...] revisão da formação inicial e continuada dos professores para alinhá-las à BNCC [...]”, explicitando que esta constitui uma “[...] ação fundamental para a implementação eficaz da BNCC” (Brasil, 2017, p. 21). Tais enunciações mostram que a formação de professores é tomada como alvo da política curricular, com o propósito de tornar a implementação da BNCC e a construção de currículos alinhados nas escolas processos amplamente aceitos e padronizados. Ademais, para que os alunos estejam alinhados às demandas contemporâneas de forma(ta)ção, é preciso, primeiramente, conformar os professores segundo a gama de competências e habilidades atribuída a seu trabalho. Daí advém nossa suspeita de que um processo de alinhamento docente – limitado à aplicação acrítica e padronizada daquilo que é diretamente útil no mercado competitivo – vem ganhando visibilidade. A fim de mobilizar esta discussão, consideramos pertinente analisar alguns excertos da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de

dezembro de 2019 e da Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020, documentos que definem, respectivamente, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e instituem uma Base Nacional Comum para a Formação Inicial (BNC-Formação) e Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). A BNC-Formação parte da BNCC como referência primeira para consolidar a formação docente no país. Conforme estabelece o artigo 3º, “com base nos mesmos princípios das competências gerais estabelecidas pela BNCC, *é requerido do licenciando o desenvolvimento das correspondentes competências gerais docentes*” (Brasil, 2019, p. 2, *grifo nosso*). A formação inicial é atravessada por dez competências gerais docentes e competências específicas distribuídas em três dimensões: conhecimento profissional, prática profissional e engajamento profissional. A BNC-Formação Continuada também apresenta dez competências gerais docentes, habilidades e competências específicas delineadas nas dimensões há pouco citadas. As políticas de formação continuada, nos termos do documento, estão “em consonância com os marcos regulatórios definidos pela LDB e, em especial, pela BNCC e pela BNC-Formação” (Brasil, 2020, p. 3). O modo de estruturação dessas normativas evidencia o governo da docência aos moldes da BNCC e da gramática de competências e habilidades que permeia as atuais reformas educacionais. Sejam elas voltadas às condutas de estudantes ou docentes, tais competências mobilizam uma formação padronizada, instrumental e prescritiva. Dentre os fundamentos pedagógicos que orientam os cursos de formação inicial, a BNC-Formação defende a adoção de uma “abordagem didático-metodológica alinhada com a BNCC [...]”, bem como o “[...] desenvolvimento, pelos professores em formação, de competências sintonizadas com as previstas na BNCC e com o mundo contemporâneo (Brasil, 2019, p. 5). Na mesma direção, a BNC-Formação Continuada, ao descrever os princípios definidores da política, aponta a articulação do trabalho docente aos documentos curriculares atuais, limitando seu trabalho aos moldes empresariais e “[...] mantendo o alinhamento com as normativas vigentes” (Brasil, 2020, p. 4). Então, para que a BNCC seja implementada como esperado, é necessário que haja um alinhamento entre as diversas “políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada” (Brasil, 2017, p. 8). A BNC-Formação (inicial e continuada) alinha-se à BNCC, sendo que esta foi gestada meio a agenda global de instituições ligadas às esferas educacional e econômica. O alinhamento das enunciações vinculadas à educação brasileira – em especial, a formação docente – funciona estrategicamente “para que as verdades e os saberes ali selecionados e divulgados produzam certo nível de aceitabilidade entre os indivíduos” (Dourado; Sales, 2022, p. 248), sendo a coerência entre os ditos um fator persuasivo. Já que o alinhamento pode ser compreendido como uma tática de governo das condutas docentes, uma “[...] combinação calculada” (Foucault, 2021, p. 165), então, não é difícil pensar o quanto as discursividades em torno da BNCC produzem condutas padronizadas ao que está posto neste documento. Este é, sem dúvida, um dos efeitos mais nefastos produzidos no cenário pós-BNCC. Ao tomar a racionalidade neoliberal como a nova razão do mundo (Dardot; Laval, 2016), compreende-se que as fronteiras entre escola e empresa estão sendo, paulatinamente, borradas, fazendo com que os princípios da concorrência e do mercado

passem a governar nossos modos de ser e viver este tempo. Assim, a formação docente – inicial e continuada – torna-se foco de instituições privadas que, não por acaso, operaram arduamente na constituição da versão definitiva da BNCC. Esse cenário produziu significativas transformações na formação docente, dentre as quais, podemos mencionar: a) deslocamento da formação de professores do espaço público para a esfera privada, produzindo a terceirização da formação docente e o endividamento da docência (Wanderer; Freitas; Prates, 2022); b) fortalecimento da autoridade indefectível de especialistas e *experts*, atrelado à lógica da desqualificação dos professores e ao imperativo da formação permanente (Aquino, 2013, p. 208); c) formação desintelectualizada, de caráter eminentemente prático e instrumental, cujo foco é o “treinamento” necessário à aplicação da BNCC (DECONTO; OSTERMANN, 2021). Concluimos estas reflexões indicando que buscamos salientar aqui apenas alguns dos infindáveis efeitos que as políticas curriculares produzem para a constituição da docência contemporânea. Em suma, a formação docente é delegada às instituições privadas que integram o mercado educacional, gerando o esmaecimento da autoria docente. Sobretudo, a produção discursiva analisada denota o entendimento de que a escola e a formação de professores vêm se (re)configurando aos moldes da empresa.

## REFERÊNCIAS

AQUINO, Julio Groppa. Pedagogização do pedagógico: sobre o jogo do *expert* no governo docente. **Educação**. Porto Alegre, p. 201-209, 2013. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1981-25822013000200008&script=sci\\_abstract&tlng=en](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1981-25822013000200008&script=sci_abstract&tlng=en) Acesso em: 05 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 29 jan. 2024

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, DF, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file> Acesso em: 07 jan. 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Brasília, DF, 2020. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=164841-rcp001-20&category\\_slug=outubro-2020-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=164841-rcp001-20&category_slug=outubro-2020-pdf&Itemid=30192) Acesso em: 20 jan. 2024.

DAL’IGNA, Maria Cláudia; SCHERER, Renata Porcher; SILVA, Jonathan Vicente. Docência S/A: gênero e flexibilidade em tempos de educação customizada. *In*: FABRIS, Eli Henn; DAL’IGNA, Maria Cláudia; SILVA, Roberto Rafael Dias. **Modos de ser docente no Brasil contemporâneo**: articulações entre pesquisa e formação. São Leopoldo: Oikos, 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DECONTO, Diomar Caríssimo Selli; OSTERMANN, Fernanda. Treinar professores para aplicar a BNCC: as novas diretrizes e seu projeto mercadológico para a formação docente. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, [S. l.], v. 38, n. 3, p. 1730–1761, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/84149>. Acesso em: 8 jan. 2024.

DOURADO, Glhebia Gonçalves de Oliveira; SALES, Shirlei Rezende. Política curricular do novo ensino médio: tecnologias da governamentalidade neoliberal. **Revista Teias**, [S.l.], v. 23, n. 71, p. 241-255, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/70217>. Acesso em: 02 jun. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. Tradução de Pedro Elói Duarte. Portugal: Edições 70, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. MACHADO, Roberto (org.) 11ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: neoliberalismo em ataque ao ensino público. Boitempo, 2019.

MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Org.). Metodologias de pesquisa pós-críticas em educação. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

WANDERER, Fernanda; FREITAS, Juliana Veiga; PRATES, Maria Eduarda Leidens. A terceirização da formação de professores para a implementação da BNCC: os caminhos para o endividamento da docência. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 35, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/CadernosdoAplicacao/article/view/124617>. Acesso em: 7 jan. 2024.